



Crédito: blog.dootax

Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre

# Estudo ECONÔMICO

## Desafios para alavancar a construção civil no Acre

**FÓRUM**  
EMPRESARIAL  
de Inovação e Desenvolvimento

**Embrapa**

**FEDERACRE**  
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS  
E EMPRESARIAIS DO ESTADO DO ACRE

**FAEAC**  
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DO ACRE

**SEBRAE**

**FIAC**

**Fecomércio AC**  
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ACRE

**ACISA**  
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO ACRE

**MAPA**  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO

**BANCO DA AMAZÔNIA**

**SPU**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**CAIXA**  
BANCO DE DESENVOLVIMENTO E FINANCIAMENTO

**SEBRAE**

**IBGE**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**AMAC**  
ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO ACRE

**SUFRAFRA**

**Fundape**

**INSTITUTO FEDERAL**

**Ufac**

**GOVERNO DO ACRE**



# ESTUDO ECONÔMICO



**FÓRUM**  
**EMPRESARIAL**  
de Inovação e Desenvolvimento



# **EMPREENDEDORISMO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ACRE: DESAFIOS A ENFRENTAR**

# INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que no ano de 2024 a construção civil brasileira voltou a crescer de forma consistente. Após enfrentar desafios nos últimos anos, a recuperação econômica do país impulsionou a demanda por novas obras e investimentos. Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil registrou um aumento de 2,5% no primeiro semestre de 2024. **Com relação aos empregos, o setor foi responsável pela criação de aproximadamente 150 mil novos postos de trabalho.** Isso se deve, em grande parte, ao aumento de obras em andamento e à retomada de projetos de infraestrutura paralisados nos anos anteriores.

A Sondagem da Indústria da Construção, realizada pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) com o apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), corrobora com essa tendência de crescimento. Essa pesquisa mostrou que o nível médio de atividade no setor no 3º trimestre de 2024 foi superior ao do mesmo período em 2023, e que a confiança do empresário da construção cresceu.

Para dar conta desse crescimento, o desafio maior em 2024 relacionou-se à escassez de mão de obra, principalmente qualificada. Inclusive, essa questão tem levando as empresas no Brasil a buscarem soluções criativas para garantir a conclusão oportuna e eficiente de suas obras.

No Acre ainda não se pode afirmar que a construção civil, que está fortemente vinculada às obras públicas, voltou a crescer ainda de forma moderada, pouco consistente. Isso porque os principais indicadores que medem o dinamismo do setor sinalizam para uma certa estabilidade (oferta de empregos diretos, faturamento das empresas, nível de investimentos, etc.).

Mesmo assim, existem grandes expectativas de que o setor possa entrar em um novo ciclo de crescimento mais consistente, especialmente em função do Programa de Habitação Popular que está sendo implementado pelo Governo Federal juntamente com o Estado e Município. É importante destacar que, para isso acontecer, há muito desafios a enfrentar.

**O objetivo deste estudo é apresentar a visão dos empresários que atuam no setor sobre os principais problemas/gargalos que atualmente dificultam seus processos empresariais.**

## **METODOLOGIA**

Para a obtenção dos dados, utilizou-se a técnica “painel de especialistas”, que segundo Nogueira (2017, p.12):

é um método de coleta de dados exploratório, qualitativo, amplamente utilizado, com o objetivo de estimular o compartilhamento de ideias e conhecimentos. Durante um curto período de tempo, ele produz uma reflexão estratégica a respeito de um determinado tema, considerando o momento atual e as oportunidades futuras de um setor. Geralmente são organizados painéis com 10 a 20 especialistas, porém é possível viabilizar painéis com muito mais participantes, desde que as apresentações e discussões estejam bem estruturadas. Os painéis promovem o debate de ideias sobre o futuro, baseadas em informações do presente, bem como os resultados e dados já consolidados, podendo envolver especialistas das mais diversas áreas de conhecimento ou de atuação (governo, academia, sociedade, organizações de pesquisa, tecnologia e inovação, etc.) relacionadas à questão a ser debatida.

Realizou-se um painel na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC com a presença de empresários/especialistas (Presidente do Sinduscon, Presidente da FIEAC, 06 lideranças empresarias que atuam com construção civil em Rio Branco) e representantes/especialistas dos governos Estadual (Secretário de Obras e Secretário de Indústria) e Municipal (Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Rio Branco).

Durante o painel, cada participante teve a oportunidade de expor livremente sua avaliação sobre o setor, guiados por um tema chave: “principais gargalos enfrentados pela indústria de construção civil em Rio Branco”. Durante as exposições debatem aconteceram sobre ideias, futuro do setor, problemas enfrentados, etc.

## **RESULTADOS OBSERVADOS/GARGALOS IDENTIFICADOS**

A seguir apresenta-se os principais consensos gerados no painel de especialistas. Observa-se que se agrupou os gargalos identificados em seis grandes temas. As propostas de superação dos problemas também estão elencadas em cada um dos temas debatidos.

### **1. BUROCRACIA DAS INSTITUIÇÕES**

Em todo o Brasil a burocracia, principalmente de Instituições Públicas, é extremamente excessiva, o que dificulta sobremaneira a operação das empresas com impactos negativos na competitividade. **O excesso de regulamentação é uma das suas faces.** Invariavelmente, há muita papelada desnecessária a ser preenchida, e a apresentação de atestados e licenças redundantes torna os negócios mais lentos e complicados de operar. No Acre, o cenário, infelizmente, não é diferente. Essa questão foi apresentada por todos os especialistas/empresários presentes no painel.

Na visão dos empresários, muitas vezes **o excesso de tecnicismo existente na maioria dos órgãos públicos simplesmente diz não ao investimento**, sem a prudente avaliação dos resultados, muito menos sem a preocupação com os prazos, que a negação ou demora de uma licença, por exemplo, pode trazer para a sociedade como um todo. Isso é muito comum na cadeia da Construção. **Identificou-se ainda problemas relacionados com os horários de funcionamento de órgãos públicos** (informaram que alguns órgãos públicos no Acre não funcionam pela parte da tarde, o que dificulta muitas vezes os processos empresariais). Nesse ponto uma sugestão apresentada foi reivindicar dos governos o funcionamento nos dois períodos (manhã e tarde).

Os cartórios (principalmente de registros de imóveis) foram amplamente criticados. **Na visão dos empresários, os cartórios localizados em Rio Branco são “ineficientes e insuficientes”**. Viraram um verdadeiro entrave para as empresas, na medida em que questionam documentos, trabalham com prazos longos, e, principalmente, cobram as maiores taxas do Brasil. Vários exemplos de ineficiência foram apontados durante as falas, como também foi evidenciado os valores altos das taxas cobradas: segundo um dos especialistas “uma escritura na Bahia é cobrada taxa de R\$ 1.200,00, no Acre esse valor chega a R\$ 15.000,00”. Na opinião dos empresários é urgente a ampliação da oferta de cartórios no Acre.

## **2. ACESSO AO GOVERNO**

Devido à influência que o investimento público exerce na dinâmica do setor, é salutar que os empresários e as entidades patronais representativas mantenham um diálogo constante com os gestores. Entretanto, na opinião dos empresários presentes no painel, no Acre **ainda não há uma comunicação direta das empresas/empresários com o setor público**. Muitas vezes, parece não haver interesse dos Governos na manutenção dessa relação. **Portanto, defenderam a criação de um ambiente de discussão e negociação permanente.**

Nos debates, talvez como justificativa para algumas reclamações dos empresários acerca do excesso de tecnicismo em alguns órgãos públicos, um dos representantes do executivo presente destacou a existência de um “apagão das canetas”. Metáfora que descreve a desconexão ou interrupção na implementação de políticas públicas causada pelo medo excessivo dos gestores de serem responsabilizados por suas decisões. Segundo esse executivo, esse **medo pode levar à não execução ou à execução inadequada de iniciativas previamente propostas ou planejadas.**

### **3. A QUESTÃO DOS PREÇOS DOS INSUMOS/LOGÍSTICA**

Sobre a questão das matérias primas/insumos utilizados pela Construção Civil, os empresários destacaram que a grande maioria precisa ser importada de outros estados, sendo que a localização geográfica do Acre dificulta bastante esse processo, notadamente devido ao **alto custo dos fretes.**

Além da ausência de insumos no Estado e da nossa localização geográfica, temos outro agravante que é a falta de carga de retorno, havendo a necessidade de pagar o frete de “ida e volta”, o que desestimula empresas transportadoras e caminhoneiros. No Acre, segundo relataram, o frete representa em média 60% dos custos dos insumos utilizados na construção civil. Por exemplo, a brita representa mais de 100%, o cimento chega a representar 130% do valor do produto, isto para a capital Rio Branco e para os municípios do interior esses valores aumentam de forma significativa em função da logística. Além disso, há necessidade de fazer o transbordo para outras modalidades como fluvial em pequenas embarcações para outros municípios.



E o mais grave é que as tabelas oficiais de preço de obras, sejam o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) ou o Sicro (Sistema de Custos Referenciais de Obras) não acompanham/refletem, pois não há previsão desses custos logísticos.

Exatamente devido a esse fato, uma sugestão importante apresentada foi de estabelecer conversas/acordos com o principal demandante (setor público), na tentativa de rever a forma dos preços constarem nos contratos públicos, os custos de logística da mobilização dos insumos, dos materiais, dos equipamentos, assim como da equipe técnica operacional. Com a devida anuência dos órgãos controladores e fiscalizadores.

Outra sugestão foi o poder público (Estado/Prefeitura) estabelecer políticas para incentivar e viabilizar cargas de retorno (logística reversa<sup>1</sup>), fazendo parcerias com outros setores econômicos objetivando tentar baixar o frete para a região, o que poderia tornar mais atrativo para empresas transportadoras e caminhoneiros, e acima de tudo reduzindo o valor final do frete.

**A questão tributária** também apareceu como gargalo importante no debate acerca dos preços elevados dos insumos. Foi citado os 17% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que o Governo do Acre cobra sobre os fretes, o que corrobora na elevação dos custos para as empresas. **Uma sugestão seria a flexibilização/redução da alíquota desse imposto**, tendo em vista a importância do setor e os altos custos com frete.

Outra sugestão apresentada foi de o Estado **rever o ICMS no Diesel**. Uma pequena redução na alíquota, de acordo com os participantes, propiciaria importantes reduções de custos.

---

[1] Ferro velho/sucata, pneus, etc., poderiam ser transportados de volta aos estados onde foram produzidos.

Citou-se ainda o Projeto de Lei 1.660/24, cujo objetivo é internalizar o “fator amazônico” nas políticas do governo federal para a região (o custo Amazônia). O nome se refere aos custos adicionais de logística e transporte, entre outros, que as empresas e os governos precisam arcar para realizar operações na região amazônica.

Com esse projeto aprovado, as políticas públicas de desenvolvimento social realizadas com recursos do orçamento geral da União levarão em consideração em todo o ciclo do investimento o Fator Amazônico, internalizando os custos e prazos adicionais no planejamento dos projetos e serviços. Dessa forma, estudos detalhados sobre os custos adicionais envolvidos em suas ações na região amazônica deverão ser realizados.

**Uma tabela Sinapi e Sicro regional poderia ser viabilizada com ênfase na inclusão dos custos de logística. Essa foi outra sugestão resultado dos debates do painel. O desafio nesse campo seria a mobilização das bancadas Federais do Norte.**

Uma outra sugestão apresentada, que merece estudos mais aprofundados, seria viabilizar a compra de **insumos no país vizinho Peru** e, ainda que os sindicatos patronais promovam ações que viabilizem **compras conjuntas**.

## **4. ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA**

Para a maioria dos participantes do painel, **a mão de obra é o principal gargalo da construção civil**. No Acre, tem se tornado um desafio mobilizar trabalhadores nos canteiros de obras. Quando uma empresa consegue mobilizar trabalhadores, outra está sendo desmobilizada.

Destaca-se que recrutar e reter pessoas tem sido um desafio significativo para as empresas de construção civil no Brasil inteiro. Um estudo feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) indicou que cerca de 70% das empresas brasileiras do setor enfrentam barreiras para contratar profissionais qualificados. Outra pesquisa, realizada pela Comissão de Políticas de Relações Trabalhistas (CPRT), da Câmara Brasileira da Indústria e da Construção (CBIC), analisou as dificuldades na contratação de mão de obra qualificada para o setor no país. Segundo esse estudo, que foi feito em fevereiro de 2022, aproximadamente 90% das empresas brasileiras passaram por dificuldades para contratação pessoal, contra 77% em outubro do ano anterior.

A natureza física e muitas vezes exigente do trabalho na construção pode estar afastando potenciais candidatos, enquanto a competição por talentos entre diferentes setores da economia pode estar dificultando a retenção de trabalhadores mais experientes. Outras possíveis explicações para a dificuldade de contratação de pessoas pelas empresas problematizadas no painel foram: **baixo nível salarial, os programas sociais do Governo Federal, a carência de políticas públicas perenes que propiciem maior segurança para os trabalhadores e empresas.**

**De acordo com representantes do setor do Governo Estadual no painel, em anos anteriores aconteceu um “desmantelo” do setor de construção civil no Acre,** que vem ocorrendo desde 2013, processo esse que se agravou ainda mais com a pandemia de Covid-19. O setor vive esta crise há mais de uma década e influenciou na migração da mão de obra para outros setores, outras localidades e tem atrapalhado a retomada.

Os participantes, ao debaterem o problema da escassez de trabalhadores, sugeriram:

- Maior valorização da mão de obra nos dissídios coletivos,
- Estado e Prefeitura produzirem uma política perene de pequenas obras para o ano todo. Principalmente no período invernos.
- Que durante o período sem obras, seria necessária a criação de um seguro, para que os trabalhadores permaneçam no setor.
- Criação de uma política pública que provocasse a concentração de contratos em obras menores. O consenso dos debates foi que existe espaço grande para as empresas locais trabalharem em pequenas e médias obras.
- Buscar métodos novos para tornar o setor mais atrativo para os trabalhadores.

## 5. CRÉDITO

O crédito, sem dúvidas, é um grande aliado das empresas da construção no equilíbrio de seus fluxos de caixa e no planejamento da expansão das atividades. Sobre essa questão, os empresários apontaram que uma das principais dores enfrentadas é o financiamento de capital de giro. No caso do Acre, onde é comum atrasos nos pagamentos por parte do município e estado, necessidades de capital de giro torna-se fundamental.

Entretanto, **os altos juros cobrados pelas instituições financeiras** achatam a margem de lucro das empresas do setor. Para a maioria dos participantes essa questão é complexa, pois há pouco o que se fazer. Mesmo assim apontaram para a necessidade de promoção de gestões políticas junto às instituições de crédito, principalmente as públicas, buscando facilitar a criação de linhas de crédito específicas.

## 6. SUBPREÇOS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

O Poder Público, como grande consumidor da indústria da construção civil no Acre, deve desenvolver processos de contratação que observem a boa técnica, garantindo projetos adequados para o regime de contratação eleito, incluindo orçamentos e cronogramas precisos.

Tais medidas, aliadas a mecanismos de combate à corrupção, são capazes de evitar tanto o sobrepreço e o superfaturamento das obras públicas, como o subpreço, que os empresários participantes do painel caracterizaram como “mergulhos de preços”. Na visão do grupo participante, a prática do “mergulho de preços” nas licitações tem atrapalhado sobremaneira muitas empresas. E de acordo com os empresários, deve ser coibido.

O consenso foi que essa questão depende sobremaneira de **conversas com o Tribunal de Contas do Estado, Ministério público, e outras entidades. Ou seja, é necessário iniciar urgentemente um processo de discursão permanente entre os órgãos de controle, as empresas, os sindicatos e os governos.** Criar um ambiente de discussão e negociação permanente.

Ainda no debate sobre licitações de obras, foi sugerido que as empresas **melhorem seus processos de formação de preço**, em sintonia com o atual Sinapi. E que sejam oferecidos cursos para melhor aplicação e detalhamento conforme a tabela Sinapi às equipes de engenharia.

Conforme informações do Tribunal de Contas da União (TCU), o Acre tem 136 Obras paralisadas em 2024, com grande salto em relação dos anteriores, enquanto em 2022 tinha 79 paralisadas, em 2023 subiu para 94 paralisadas, e para 2024 com grande salto de 44,7%.

O representante do Governo do Acre comentou no debate sobre a temática das licitações que é favorável a uma atualização de valores das obras, mesmo que isso implique em menos obras. Segundo o mesmo, “é melhor uma quantidade menor de obras, mas que sejam elas factíveis e exequíveis nos prazos estabelecidos”.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

Acessado em 11/11/2024

<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industria-da-construcao/>

Acessado em 11/11/2024

NOGUEIRA, V. G. C. Painel de especialistas e Delphi: métodos complementares na elaboração de estudos de futuro. Brasília, DF: Embrapa, 2018

